SUPERVISOR ESCOLAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ENCARGOS DA PRÁTICA[1]

Daniele Muniz Moraes[2]
Mirna Martinez[3]

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral investigar as atribuições da função do supervisor escolar encontradas na regulamentação ao longo de sua trajetória histórica, relacionando com os principais encargos exercidos dentro das escolas de educação infantil do município de Bagé-RS. Para isso foi aplicado um questionário investigativo com 4 supervisoras, sendo duas da rede pública municipal e duas da rede privada. O questionário serviu para verificar as principais funções desenvolvidas na pratica e rotina escolar, relacionando com o que é regulamentado no Projeto de Lei 4.106/12. Para fundamentação teórica destaca-se autores como: Santos (2012), Saviani (2006), Vasconcelos (1995), faço uso também de recortes da LDB lei 9.394/96 e da Base Nacional Comum Curricular (Educação Infantil). Com os resultados conclui-se que os encargos podem variar, dependendo da realidade ou demanda escolar, os esclarecimentos no ato da contratação também favorecem as diferenças.

PALAVRA-CHAVE: supervisor escolar; educação infantil; encargos da prática.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo general investigar las atribuciones de la función del supervisor escolar que se encuentran en el reglamento a lo largo de su trayectoria histórica,relativas a los principales cargos que se ejercen dentro de las escuelas de primeira infância del município de Bagé-RS. Para ello, se aplico un cuestionario de investigación con 4 supervisores, dos de la red pública municipal y dos de la red privada. El cuestionario sirvió para verificar las principales funciones desarrolladas en la práctica y la rutina escolar, relacionadas con lo regulado em el Proyecto de Ley 4.106/12. Para fundamento teórico, autores como Santos (2012), Saviani (2006), Vasconcelos (1995), también utilizo extractos de la ley LDB 9.394/96 y de la Base Curricular Común Nacional (Educación Infantil). Com los resultados se concluye que los cobros pueden variar, dependendo de la realidade do demanda de la escuela, las aclaracines em acto de contratación también favorecen las diferencias.

PALABRAS CLAVE: supervisor escolar; educación Infantil; cargos de práctica. 3

---

[1]Trabalho para a conclusão do curso em Especialização de Gestão em Educação: Supervisão e Orientação
[2] Licenciada em Pedagogia na UERGS, Pós-graduanda em Gestão
[3] Orientadora, Dra. Prof. Mirna Susana Vieira de Martinez

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender certas inquietações sobre o tema em questão, levando em consideração a importância e responsabilidade que o supervisor escolar possui dentro de uma Escola de Educação Infantil ,que por vezes nos seus primeiros dias de trabalho, se depara com realidades e cenários que necessitam modificações e assim acaba exercendo obrigações as quais não competem a seu cargo ou função perdendo o foco da real prioridade de seu trabalho que é nortear o ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos alunos .

Durante o curso de pós-graduação da UERGS foram apresentadas várias disciplinas, porém tive um interesse maior sobre a Supervisão Escolar. Em seguida houve outro ponto desencadeador para minha pesquisa, eu, formada em Pedagogia que antes atuava como professora de maternal, devido ao curso recebi uma proposta de emprego para atuar na área de supervisão escolar de uma Escola de Educação Infantil da rede privada em nossa cidade. Porém confesso que no início fiquei insegura, por estar nas primeiras disciplinas do curso, tinha pouco conhecimento sobre esta função e o papel a desempenhar na escola.

Ao decorrer do curso, algumas dúvidas foram sanadas, porém sempre tive a curiosidade de pesquisar um pouco mais sobre o tema, entender sua origem, as leis que regulamentam, as atribuições que competem esta função, embora já esteja atuando como supervisora escolar, sabemos que cada escola possui uma realidade, assim como organizações e rotinas diferenciadas.

Por saber que o papel do supervisor escolar tem muita importância não só no pedagógico, assim como por ser a pessoa que mostra liderança aos demais professores , dando apoio metodológico, auxiliando em projetos, incentivando e promovendo o aperfeiçoamento e a troca de experiências entre o corpo docente , busquei aprofundar o conhecimento sobre o assunto com a intenção de associar a teoria com a rotina de trabalho do supervisor escolar, coletando dados com quatro supervisoras de escolas de educação infantil ,sendo duas da rede pública e duas da rede privada, desta forma obter informações relevantes sobre sua prática nas escolas de educação infantil.

Nesta perspectiva a pesquisa teve como objetivo geral investigar as atribuições da função de supervisor escolar encontradas na regulamentação ao longo da sua trajetória histórica , relacionando com os principais encargos exercidos dentro das Escolas de Educação Infantil públicas e privadas do município de Bagé-RS , levando em consideração que nas escolas públicas há uma divisão entre cargos e funções, sendo estes preenchidos por pessoas diferentes: uma pessoa tem a função de

orientador, uma para secretária , outra pessoa é responsável pela supervisão escolar, ou seja as funções são divididas , já nas escolas privadas muitas vezes é o supervisor escolar que exerce todos estes papéis , além de realizar o trabalho pedagógico , dar apoio nas salas de aula e cuidados com alunos , resolver problemas de indisciplina e além de auxiliar na parte financeira e administrativa da escola .

O artigo está estruturado em três partes: a primeira apresenta a fundamentação teórica sobre a temática da supervisão, logo após há a caracterização da metodologia de pesquisa e após a análise e discussão dos dados, onde apresento um quadro comparativo com os resultados obtido pelo questionário respondido pelas participantes, descobrindo se existe diferença na prática desta função entre o profissional da escola pública e privada contrastando no que está descrito pela regulamentação.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Sabemos que a escola de educação infantil é um ambiente que possui muita responsabilidade sobre seus alunos, sejam eles nos cuidados diários, alimentação, higiene , assim como com o trabalho pedagógico desenvolvido pela sua equipe, pois deve conter planejamentos com atividades que contemplem e desenvolvam todos os aspectos de seus alunos, tornando- se um espaço que não apenas transmite conhecimento , mas um local que permite que criança explore as potencialidades , limites e curiosidades da infância, valorizando sua subjetividade .

Segundo a LDB, artigo 29, “ a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Portanto, na educação infantil a criança tem várias experiências nas quais possibilitam o desenvolvimento de suas potencialidades e enfrentamento de limites e desafios. É na escola que a criança tem convívio com outras crianças , local onde amplia conhecimento de si e do outro , desenvolve autonomia e autoconfiança, vivência diferentes experiências físicas e motoras , corre, salta, pula, aprende regras de jogos e brincadeiras, estimula sua imaginação e criatividade , tem acesso a produções culturais , sensoriais , expressivas , sociais , artísticas ,brinca em diferentes

espaços e tempos, reconhece formas, cores e texturas, expressa suas necessidades, emoções, duvidas, questionamentos , reconhece objetos , elementos da natureza, entre outros.(NISTA-PICOLO, MOREIRA, 2012)

Conforme a Base Nacional Comum Curricular, a educação infantil é a "primeira etapa de educação básica, tendo como eixos estruturantes: as interações e as brincadeiras que estão asseguradas nos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se".

A escola é um espaço que prioriza a aprendizagem de seus alunos, possui uma organização, tendo como prioridade a mediação e a construção gradual de conhecimentos, isto é, a cada etapa vencida, há uma complementação maior dessas aprendizagens. Neste espaço, é de importância que os educadores definam sua concepção teórica, tendo uma linha de pensamento a seguir e qual metodologia utilizar para facilitar a aprendizagem de seus alunos de maneira individual e coletiva (VIGOTSKY 1998).

Levando em consideração este contexto as instituições públicas ou privadas de educação infantil, devem contar com um grupo de profissionais qualificados para cada função, porém todos devem trabalhar como uma equipe auxiliando uns aos outros, em prol de uma de resultados satisfatórios para o ensino aprendizagem das crianças.

> O ensino nas sociedades contemporâneas se desenvolve em instituições sociais especializadas para cumprir essa função. A aprendizagem do alunos/as ocorre em grupos sociais nos quais as relações e as trocas físicas, afetivas e intelectuais constituem a vida do grupo e condicionam os processos de aprendizagem (GÓMEZ 1998, p.70).

Diante de tal responsabilidade, para auxiliar no trabalho pedagógico de qualidade, o supervisor escolar possui um papel fundamental, não só auxiliando na tomada das decisões e criando alternativas metodológica que possibilitem melhor desempenho no trabalho dos professores e na aprendizagem dos alunos, norteando para que sejam cumpridos todos os objetivos do Projeto Político Pedagógico da escola.

2.2 BREVE TRAJETÓRIA DO SUPERVISOR ESCOLAR NO BRASIL

O supervisor escolar é a pessoa responsável por contribui ativamente nos projetos e se manter em contato com os professores garantindo uma educação de qualidade para os alunos da escola onde atua, para compreender melhor é esta função é necessário conhecer um pouco de sua trajetória histórica no Brasil.

Conforme Santos (2012), embora sendo uma profissão bastante reconhecida na contemporaneidade, segundo registos e estudos encontrados, a supervisão escolar teve origem no Período Colonial, época dos Jesuítas, que foram nossos primeiros educadores, neste período a educação baseava –se na catequese e instrução aos indígenas. No ano de 1549, foram organizadas as práticas educativas no Brasil, através de um plano de ensino elaborado pelo Padre Manuel da Nóbrega a ideia de supervisão fazia-se presente, porém não era mencionada.

O plano de ensino baseava-se no método Ratio Studiorum, uma espécie de manual oficial educativo para os Jesuítas, tendo como verdadeiro objetivo a formação do homem universal, humanista e cristão católico. O Ratio era representado por meio de uma figura denominada Prefeito Geral dos Estudos. Tal acervo simbolizava as formas de organizar e administrar os currículos e métodos de ensino, orientando os professores em sala de aula. Adotado em todos seus colégios, neste havia informações sobre Língua, literatura, poesia, história, retórica, lógica, combinados com matemática, geografia, filosofia ciências naturais e outras disciplinas religiosas. Nele havia também orientações metodológicas a distribuição de prêmios a serem dados aos melhores alunos, assim como as punições. Este método foi usado por mais de dois séculos, não só apenas nos colégios do Brasil, mas em outros lugares do mundo.

Com as reformas pombalinas em 28 de julho de 1759, com a expulsão dos Jesuítas, este método foi extinto, um novo método de ensino surge, portanto, “ as aulas régias”, descaracterizando a função do supervisor concentrada no prefeito dos estudos.

Segundo Saviani (2006) esta fase da história apresenta a nova função do supervisor:

> (…) a ideia de supervisão englobava os aspectos políticos administrativos (inspeção e direção) em nível de sistema concentrados na figura do diretor geral, e os aspectos de direção, coordenação e orientação do ensino, em nível local, a cargo dos comissários ou diretores dos estudos, os quais operavam por comissão do diretor geral dos estudos (SAVIANI, 2006, p.22).

Durante o Período Imperial, o regulamento educacional, estabelecia que a função supervisora fosse exercida por agentes específicos e permanente, esta missão foi atribuída ao Inspetor Geral, que supervisionava todas escolas, casas de educação, colégios sendo estes públicos ou privados.

> (…) as escolas de ensino mútuo, por uma razão qualquer, não correspondem às nossas esperanças: eu me vejo obrigado a confirmar esta observação. O bem do serviço, Senhores, reclama imperiosamente a criação de um Inspetor de Estudos, ao menos na capital do Império. É uma coisa impraticável, em um país nascente, onde tudo está para ser criado, e com o péssimo sistema de administração que herdamos, que um ministro presida ele próprio aos exames, supervisione as escolas e entre em todos os detalhes (SAVIANI 2006, p.23).

O Inspetor Geral ainda aplicava exames aos professores e lhes concedia o diploma, dava a autorização para a abertura de escolas privadas e revisava livros. Para este cargo, o inspetor deveria ser um elemento de prestigio pessoal e conhecimento com pessoas e autoridades importantes. Dentro de suas atribuições estavam a padronizar e fiscalizar as rotinas escolares através das normas oficiais emitidas pelas autoridades centrais, por essa razão exercia essas funções como "autoridade do sistema".

Realizava visitas corretivas nas escolas, anotando informações para confecção de relatórios a serem encaminhados aos órgãos centrais, tais visitas tinham o objetivo de fiscalizar o grau maior ou menor de desvio da ação pedagógica em relação aos padrões estabelecidos pela Lei.

Conforme Saviani (2006, p. 26), a função de Supervisor Escolar surge:

> "(...) quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições (...)

Após discussões sobre uma maior organização do sistema nacional de educação destaca-se dois requisitos: a organização administrativa e pedagógica do sistema e outra forma organização das escolas na forma de grupos escolares, então na década de 20 surge os profissionais da educação, conhecidos como "técnicos em escolarização" e assim é criada a Associação Brasileira de Educação.

Em 1924 a reforma João Luís Alves criou o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino, assim separando a parte administrativa da parte técnica, que antes eram unidas em um mesmo órgão, o Conselho Superior de Ensino. Esse foi o primeiro passo para a criação do Ministério da Educação e Saúde

Pública e essa separação oportunizou o surgimento da figura do supervisor distinta da figura do diretor e inspetor, enquanto um é responsável pela parte técnica, o diretor é responsável pela parte administrativa.

Para Lima (2002), antes de ser uma tarefa educativa, a ideia de supervisão, surgiu com a industrialização, tendo em vista uma melhoria nos resultados da produção, estando assim ligada a indústria e ao sistema capitalista.

Em 1931, houve a Reforma de Francisco Campos, com o Decreto Lei n° 19.890/31, importando a supervisão para as escolas. Neste período, os profissionais executavam as normas prescritas pelos órgãos superiores, sendo chamadas de orientadores pedagógicos ou orientadores de escola, tendo com função básica a inspeção.

De acordo com Saviani (2006, p. 26), a função de Supervisor Escolar surge: "(...) quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições (...).

Com a reforma foi oficialmente e estabelecida a modernização do ensino secundário brasileiro, tomando uma série de medidas como: o aumento do número de anos no curso secundário, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos as aulas, a imposição de um detalhamento no sistema de avaliação discente, entre outros.

Com este novo cenário, houve a necessidade de buscar novos conhecimentos e práticas que garantissem novos métodos de ensinar, aprender, assim como desenvolver um currículo voltado a aprendizagem significativa do aluno. Na busca destas melhorias em 1953, foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), dando treinamento aos inspetores da época.

As rápidas e constantes mudanças políticas e educacionais na sociedade especialmente na década de 1960, levaram o sistema educacional ao uma crise, sendo necessário em 1969 reformular os Cursos de Pedagogia através do parecer n° 252 incorporada a resolução n° 2 de 12 de maio de 1969, que institui no Curso de Pedagogia as habilidades em: Administração escolar de 1° e 2° graus, Supervisão Escolar de 1° e 2° graus e Orientação Educacional.

Em 1970, houve uma reformulação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1° e 2° graus, Lei 5.692/71, envolvendo atividades de assistência técnico- pedagógica e de inspeção administrativa, ampliando o campo de visão educacional.

Segundo a Lei 5.692/ 71 art.33, "a formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso de graduação com duração plena ou curta ou de pós-graduação".

No final da década de 70 e início da década de 80 surgem vários estudos e lutas para reivindicar uma maior qualidade no ensino público, melhores condições de trabalho para os professores e a inclusão de brasileiros afastados do ensino regular.

Na década de 1990, com olhar diferenciado a função e atuação do supervisor escolar resultou na reformulação da legislação educacional, que foi oficializada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB n° 9394/96 de 20 de dezembro, conforme esta:

> Art.64 A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério de instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional

O artigo 64 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disposto na lei 9.394/96, trata da formação exigida ao profissional supervisor. Segundo Rossi (s.d., p. 11), não há uma legislação específica para regulamentar a profissão de supervisor educacional. Há, no entanto, um projeto de regulamentação da profissão em tramitação na Câmara dos Deputados, em Brasília. Trata-se da PL 4.106/12. Tal proposta, propõe, em seu Parágrafo Único, a definição da profissão:

> Supervisor Educacional coordenará e irá contribuir nas atividades de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político Pedagógico, juntamente com os demais especialistas, direção e professores da Unidade Educativa. (BRASIL, 2012)

O texto base para o Projeto de Lei inclui, por meio do artigo 4º, as atribuições do Supervisor Educacional. Faz parte do texto original as atribuições:

> I – Participar, junto com a comunidade escolar, do processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar e utilização deste como instrumento de suporte pedagógico;
>
> II - Coordenar, junto com os professores, o processo de sistematização e divulgação das informações sobre o educando, para conhecimento dos pais, criando processos de integração com a escola;

> III – Mobilizar os professores da unidade escolar para qualificação do processo ensino-aprendizagem, através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e horário escolar;
>
> IV – Supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente;
>
> V - Assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica;
>
> VI – Propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço;
>
> VII – Orientar e acompanhar os professores no planejamento e desenvolvimento dos conteúdos, bem como sugerir novas metodologias que os avaliem na prática pedagógica e aperfeiçoem seus métodos didáticos;
>
> VIII – Planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;
> IX – Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;
>
> X - Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola e o trabalho do professor junto ao aluno auxiliando em situações adversas;
>
> XI - Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto aos professores e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, e qualificar o processo ensino aprendizagem;
>
> XII – Valorizar a iniciativa pessoal e dos projetos individuais da comunidade escolar. (BRASIL, 2012)

Portanto, fica evidente o foco do trabalho e compromisso do supervisor escolar descritos no Projeto de Lei 4.106/12 que por sua vez foi regulamentado em 04/12/2018.

2.2.1 SUPERVISÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Se no passado, a função do supervisor escolar foi vista como inspetor, alguém para analisar os erros dos demais contribuintes da equipe, atualmente é um membro que demonstra liderança, que participa ativamente junto aos professores, trabalhando lado a lado no processo educativo de qualidade na escola.

O supervisor precisa desenvolver uma visão crítica e construtiva do trabalho pedagógico de modo que suas ações transformem reflexivamente a ação individual e coletiva dos professores, opinar sem deixar de acreditar na capacidade individual de cada um, liderar para que todos estejam envolvidos e comprometidos constantemente com o trabalho em equipe (GANDIN,1983).

No exercício de sua função, o supervisor escolar atua como mediador e motivador de sua equipe, liderando com atividades e ações voltadas a melhoria do ensino proporcionado pela escola, tendo como principal foco o aluno, garantindo uma educação de qualidade, organização de conhecimentos e de relevância

significativa para a sociedade atual, garantindo e possibilitando aos alunos perspectivas de vida e novos saberes.

Dentro do espaço escolar o supervisor torna-se um articulador do processo, buscando sempre uma maior qualidade da escola através do ensino aprendizagem. Para Alves (2006), a supervisão é uma atividade cooperativa, para que o trabalho final tenha um resultado de qualidade, não basta apenas prever e articular as ações, mas que todos os envolvidos desempenham o mesmo papel igualmente, com a mesma responsabilidade, somando esforços de cada um, se multiplicasse um resultado final satisfatório.

Todos os profissionais que atuam no ambiente escolar desempenham papeis importantes e ativos na construção de mudanças, mesmo quando surgem os conflitos, inseguranças todos devem colaborar com alternativas para resolução destes problemas. O papel do supervisor deve ser bem definido, pois este profissional deve conduzir a negociação entre os membros da equipe, ter disponibilidade para escutar, percebendo com antecedência as necessidades do grupo, evitando que qualquer dificuldade impeçam a construção de uma educação significativa e transformadora aos alunos.

Para Tostes (2013), para alcançar os objetivos educacionais o professor e o supervisor devem estabelecer uma relação de diálogo aberto, onde serão discutidos anseios coletivos, como por exemplo projetos que envolvam professores e alunos, com o objetivo de concretiza-los. Para desempenhar melhor este papel, o supervisor deve conquistar a confiança do grupo facilitado a comunicação, aceitando e ouvindo o ponto de vista dos demais profissionais da escola. O diálogo torna-se o principal instrumento de trabalho, através deste o supervisor consegue se inserir ao grupo, não como como alguém que irá impor regras e sim como um companheiro para todos os processos educacionais.

2.3 ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA X PRIVADA

2.3.1 Escola de Educação Infantil Pública

Escola é o lugar onde se ensina, aprende, trocar informações e vivências. As escolas públicas são mantidas pelo governo municipal, estadual ou federal, os quais enviam verbas para manter suas despesas e realizar manutenções necessárias para atender os alunos. Na maioria dos casos, a verba da instituição pública não é suficiente para

investir em melhorias significativas, sendo usada majoritariamente para manter os serviços básicos e já existentes.

Os funcionários são contratados mediante concurso público, por ser funcionários da prefeitura cumprem com a exigências de sua mantenedora local. Os cargos são divididos conforme as contratações. As turmas tendem a ser maiores, com diferentes níveis de aprendizagem e realidades sociais.

2.3.2 Escola de Educação Infantil Privada

As escolas particulares são mantidas pelas mensalidades pagas pelos alunos. Através desse dinheiro a escola paga os salários dos profissionais, paga suas despesas e impostos, realiza aquisições materiais novos e modernos, realiza manutenções necessárias, entre outros.

As contratações dos funcionários são feitas mediante entrevista e contrato empregatício sendo de forma mais rigorosa pois deve atender as expectativas e exigências dos pais e do proprietário. As turmas geralmente são menores, possui auxiliar de sala, os materiais didáticos são fornecidos pelas famílias, para que sejam usados durante as atividades ao longo do ano letivo.

As escolas particulares tendem a inovar com materiais, tecnologias e aulas extracurriculares, buscando chamar atenção de alunos e seus responsáveis.

As formações são realizadas pelo supervisor ou profissional contratado pelo proprietário, visando aperfeiçoamento e a necessidade e melhoria no atendimento de seus alunos. Apesar de ser uma escola, que atende as necessidades de seus alunos, buscando o desenvolvimento e a aprendizagem, também é um local de caráter lucrativo.

2.3.3 Supervisor escolar e suas responsabilidades na educação infantil

Como já descrito durante a pesquisa, este profissional é o responsável por proporcionar reuniões pedagógicas e formações para o grupo de professores, identificando os principais problemas que a escola apresenta, criando estratégias que auxilie em sua resolução, além das formações podendo fazer uso de outros recursos como: filmes, leituras, convidar outros profissionais para realizar palestras ou formações afim de esclarecer dúvidas...

Dentre suas responsabilidades, deve organizar reuniões com os pais, para explicar o funcionamento e rotina da escola, conversar com os responsáveis, principalmente no

período de adaptação, pois os pais estando seguros e calmos a adaptação da criança torna-se mais tranquilas.

Criar juntamente com os professores uma ficha de avaliação para o alunos , de forma que registe a evolução da criança através das atividades desenvolvidas na escola, esta avaliação pode ser trimestral ou bimestral, depende de cada regimento escolar e pode ser entregue aos pais conforme as datas descritas no calendário escolar formulado para o ano letivo , nele consta : data de comemorações ou atividades diferenciadas na escola , feriados ou recesso escolar , reuniões e formações pedagógicas, reuniões com os pais , datas de entrega da avaliação, entre outros .

> A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias, enfim, a avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor quanto do aluno. (LIBÂNEO, 1994. P.14).

O supervisor escolar deve também auxiliar e planejar atividades diferenciadas para as datas comemorativas de forma que haja a participação ativa dos alunos, são apenas materiais como lembrancinhas feitas por professores , o aluno deve participar de em apresentações, músicas , danças, teatro ou qualquer outro evento , desde que seja da vontade da criança , por mais que estas atividades tenham opiniões contraditórias , datas ou eventos podem ser trabalhados de maneiras diferenciadas , voltados a desenvolver habilidades, auxiliar a criança se expressar , proporcionar o trabalho em equipe , solidariedade , cooperação, explorar materiais relacionado ao tema , pesquisar curiosidades, realizar amostra de trabalhos , dessa forma desvincular a data ao tradicional, o que torna as atividades repetitivas ano após ano .

Ao se levar em conta todos esses aspectos, percebemos a importância do trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil a partir das interações, como afirma Rocha (1999), enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas ligadas a espaços de convívio coletivo tendo como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade.

Outra tarefa do supervisor escolar na educação infantil é garantir a segurança de todas as crianças da escola, deve sempre estar atento a qualquer brinquedo ou objeto que possa demonstrar perigo, pedindo o concerto deste imediatamente.

Acompanhar a entrada ou saída dos alunos, observando qualquer situação diferenciada da rotina da criança, para isso o supervisor deve ter contato direto com os pais, tendo a liberdade para perguntar aos responsáveis qualquer problema que a criança apresente seja ele comportamental ou físico.

Os pais gostam de saber se a criança alimentou-se bem, se participou das atividades, se está fazendo amizades com a colega, se dormiu, por isso a comunicação entre escola e família é muito importante, se a criança faltar as aulas cabe ao supervisor ligar e saber o motivo, caso a escola no seja avisada. Também o supervisor deve garantir que a criança saia da escola apenas com pessoas autorizadas ou seus responsáveis, por isso deve sempre ter o contato de telefone das famílias atualizado maneira que se houver algum problema com a criança como: febre, machucados ou um entranho venha busca-la consiga ligar e falar imediatamente com o responsável da criança.

Dentre suas tarefas, é responsável por auxiliar os professores em projetos ou atividades que possam melhorar situações de conflito entre alunos, de maneira que tais problemas sejam resolvidos dentro do espaço escolar, chamando os responsáveis dos alunos apenas em situações extremas.

3. METODOLOGIA

O presente artigo apresenta resultados de minha pesquisa, onde busco compreender se existe diferenças nos encargos da prática de trabalho do supervisor escolar de educação infantil da rede pública e rede privada no município de Bagé –Rs, levando em consideração, o trabalho presencial, as diferentes realidades que cada escola possui e a forma de contratação desde profissional.

Para compor a pesquisa fiz uma análise da trajetória histórica do supervisor escolar no Brasil e sua regulamentação: as exigências para assumir o cargo descritas na lei 9.349/96 art. 64, o reconhecimento desta profissão dentro do espaço escolar e as atribuições que lhe competem, por sua vez regulamentadas no projeto de lei 4.106/12.

A pesquisa foi desenvolvida no paradigma qualitativo, em um tipo de pesquisa descritiva e foi aplicada com 4 supervisoras da educação infantil, sendo duas da rede pública municipal e duas atuante da rede privada.

O instrumento para coleta de dado foi um questionário composto por 24 perguntas relacionadas ao tema disponível no link: https://docs.google.com/forms/d/1LILs6RIi7GiGQty9VoPZ_w1rv3Xbu8fA_r2wdf9OU

ss/edit?usp=drivesdk, elaborado no Google Drive e enviado para o WhatsApp das participantes. Devido ao distanciamento e respeito aos protocolos de saúde tive que adaptar a coleta de dados para obter os resultados, sendo estes na forma de envio e recebimento online.

Os assuntos questionados foram: escola onde atua, formação acadêmica e ano de conclusão, tempo de experiência na área educacional, tempo que atua na supervisão, jornada de trabalho, atividades desempenhadas durante a rotina de trabalho, opiniões pessoais sobre a importância do trabalho do supervisor escolar, entre outras.

Preservando informações que pudessem comprometer o trabalho ou escola os dados de identificação não foram questionados, portanto aqui irei fazer uso de nomes fictícios para representa-las, sendo eles: " Juliete, Camila, Sara, Carla". (BBB21)

A Juliete e a Camila são da escola pública e Sara e Carla trabalham na rede privada. As 4 possui formação em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar.

"Juliete", concluiu a graduação em Pedagogia no ano de 2000 e a Especialização em Gestão escolar em 2004, ainda possui especialização em Educação Especial e Mestrado em Educação. Atuou por 33 anos na área educacional como: Alfabetizadora, no Conselho de Educação, Formação Docente, Docência em EJA, Ensino Médio, Sociologia, Filosofia e Supervisão, nesta por 12 anos na gestão pedagógica da Secretaria da Educação, durante 6 anos na supervisão de escola, atuou em escolas da rede pública estadual e municipal. Atualmente está aposentada.

"Camila" não mencionou o ano da graduação, atualmente cursa Psicopedagogia, atua há cerca de 12 anos na área da educação, sendo destes 2 anos e meio exerce o cargo de supervisão.

Sara, concluiu a graduação em 2015, também possui cursos em docência em Ensino Religioso e Educação Especial, atua na área educacional há 10 anos, durante a faculdade, começou a trabalhar em escola de educação infantil da rede privada como estagiária e auxiliar de sala, após formada trabalhou como professora de escola particular e pública e há 4 anos atua somente como supervisora da rede privada.

Carla, com o mais recente tempo de graduação, concluiu a faculdade em 2018 e logo buscou cursar Especialização. Atua há 4 anos na área educacional, durante a faculdade, começou como estagiária na rede pública, atuou um curto período como

professora da rede particular e cerca de 2 anos exerce o cargo de supervisora escolar da rede privada.

Embora graduadas, buscam dar continuidade em seus estudos, participam ativamente de formações, palestras e seminários educacionais e com exceção de Juliete que já possui, as demais supervisoras sonham em cursar Mestrado em Educação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para começar a discussão dos resultados apresento abaixo, o quadro comparativo com algumas das perguntas mais relevantes e suas respostas conforme escritas pelas participantes.

4.1 Quadro Comparativo

Perguntas	Juliete	Camila	Sara	Carla
Qual sua formação acadêmica? Qual ano se formou?	Pedagogia 2000. Especialização em Supervisão Educacional em 2004	Pedagogia	Pedagogia 2015	Pedagogia 2018
Quanto tempo você trabalha na Supervisão da atual escola?	Atuei por 6 anos em escola e por 12 anos na gestão pedagógica de secretaria de educação.	Dois anos e meio	4 anos	2anos
Há quanto tempo você atua na área educacional? Descreva um pouco de sua trajetória	Atuei por 33 anos. Alfabetizadora, Conselho de Educação, formação docente, supervisão, docência em EJA, Ensino Médio, Sociologia e Filosofia. Redes pública estadual e municipal.	12 anos	Dez anos, desde que iniciei a universidade, trabalhei em escolas de educação infantil da rede privada como estagiaria e auxiliar de sala de aula, após formada trabalhei como professora de escola particular e de escola pública também, estou atualmente trabalhando apenas na supervisão.	4anos, fui estagiária durante a faculdade, professora de escola particular por um curto período e agora supervisora
De quantas horas é sua jornada de trabalho?	60 horas	8 diárias	4 horas	4 horas
Quando assumiu o cargo, houve	Não.	Muito pouco. Comecei a	Sim	Sim, a diretora me passou tudo

explicações sobre seus encargos e responsabilidades a serem cumpridas dentro da escola?		estudar mais sobre o trabalho de supervisor.		que eu deveria executar durante o horário de trabalho
Descreva as principais funções que você desempenha	Acompanhamento pedagógico dos alunos. Assessoria aos docentes no planejamento, execução, avaliação. Formação de professores. Assessoria nas formações. Gestão pedagógica do processo ensino aprendizagem.	Parte pedagógica. Planejamento escolar, auxiliar as professoras auxiliar a diretora no trabalho e desenvolvimento da escola.	Planejamento de PPP e regimento de escola, organização do planejamento dos professores, acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos	Acompanho os planejamentos, auxílio os professores, acompanho o desenvolvimento dos alunos, realizo documentos, ajudo na rotina da escola
Além do trabalho com a equipe escolar, quando necessário você faz atividades que não são de sua rotina diária de trabalho? (Ex: visita a smed, cme, conversa ou visita com as famílias, entrega de material, etc.)	Fiz muitooo. **(Ênfase colocada pela participante**)	Sim. Muitas vezes.	Neste momento de pandemia entrega de materiais escolar foi feita com frequência, smed ou conselho quando solicitada	Sim, visita ao CME, para levar documentos, vindo com as famílias, e agora entrega de material aos alunos devido a pandemia
Com relação aos professores, já houve situações de resistência a suas orientações ou conselhos em prol de um melhor planejamento e atividades mais significativas para os alunos?	Certamente.	Não. A equipe aceita sugestões. É muito receptiva.	Até o momento nunca tive problema com os professores no momento das orientações e de conselhos, ou até mesmo quando vou dar alguma dica ou ideia.	Sim, quando iniciei o trabalho na escola depois no decorrer dos meses foram aceitando minhas sugestões
Com que frequência você visita as salas de aula?	Visitava frequentemente	Todos os dias.	Todos os dias vou um pouco em cada sala.	Todos os dias fico mais tempo na sala onde sinto haver alguma dificuldade
Você se considera uma supervisora tradicional ou inovadora?	Inovadora, com nuances de tradicional, visto que percebo que o sistema educacional exige essa mescla.	Inovadora.	Inovadora.	Inovadora.
Você auxilia na parte administrativa e	Na época, procurava apenas opinar na	Sim auxílio em tudo.	Sim, auxilio a parte	Sim na parte administrativa

financeira da escola ou apenas se envolve com o trabalho pedagógico?	aplicação de verbas		administrativa e financeira	
Qual sua opinião sobre a gestão participativa?	Acredito e defendo sempre. Quando se participa nas decisões se assume efetivamente as funções.	Acho perfeita. Quanto mais conhecer e ouvir a equipe melhor será o trabalho	Acredito que seja uma gestão bem importante, pois todos acabam se envolvendo no coletivo e expondo suas opiniões	Acredito que para haver um trabalho escolar em equipe deve haver a participação e opinião de todos
Com relação as formações pedagógicas em sua escola, geralmente é organizada e ministrada por você ou por outros profissionais convidados?	De ambas formas.	Organizada por mim, ministrada por outros.	Sempre intercalamos em convidados para tratar sobre um certo tema e por mim	De ambas as formas sempre que necessário chamo profissionais de áreas específicas para conversar com as professoras ou tratar sobre u tema específico.
Na falta do professor regente da turma, você o substitui ou procura outra alternativa como: juntar as turmas, diminuir o horário de aula, etc.?	Depende da ocasião. Na maioria das vezes procurei assumir	Substituo.	Substituo, seguindo o planejamento da professora	Substituo seguindo o planejamento da professora
As situações de conflito no ambiente escolar são resolvidas por você ou há outro profissional com está função? (Orientador, psicólogo, etc.)	Normalmente pela supervisão, com parceria	Por mim e diretora.	Por mim	Por mim
Descreva sua opinião sobre a importância do Supervisor Escolar dentro de uma Escola de Educação Infantil	Como em todo estabelecimento de ensino, a gestão pedagógica é imprescindível, necessária e amparada legalmente.	Máxima importância. Norteia o trabalho da equipe.	Fazer o elo entre a família e a escola, sempre destacando bem o processo de ensino-aprendizagem do aluno.	Diante de tal responsabilidade por ser crianças pequenas o supervisor escolar além de nortear a equipe acolhe as famílias e os alunos demonstrando segurança.
Você acredita que existe diferença na prática do Supervisor entre uma Escola de Educação infantil pública e privada?	Penso que há diferença em qualquer estabelecimento, instância ou níveis da Educação. Cada escola é única.	Não. Pode existir condições financeiras diferentes, mas ambas podem desenvolver um excelente trabalho	Acredito que somente o auxílio na parte financeira da escola	Sim, o objetivo e o mesmo, porém por ser uma escola da rede privada existe uma cobrança maior por parte da diretora e pais

Conforme as respostas enviadas pelas 4 supervisoras, classifiquei as respostas em 2 grupos: **encargos exigidos pela regulamentação e encargos exigidos pela rotina escolar,** ambos realizados conforme a necessidade e realidade de cada escola.

4.2 Encargos exigidos pela regulamentação

Art.64 da LDB diz que a formação dos profissionais da supervisão e orientação educacional é feita através do curso de graduação em Pedagogia ou pós-graduação, portanto ao questioná-las sobre suas formações e especializações na área, todas se encaixam nos requisitos para o cargo.

Como atribuições do supervisor escolar conforme o inciso VII do Projeto de Lei 4.106/12, ao questionar sobre como é feito o acompanhamento e suporte pedagógico aos professores, se aceitam bem as sugestões? Houve uma divisão nas respostas das entrevistadas, como podemos observar no quadro comparativo acima, duas descrevem que a equipe aceita as sugestões e orientações sem nenhum problema, as outras duas afirmam que já houve situações em que a equipe de professores demonstrou resistência em suas orientações.

Como profissional da área, penso que é frustrante para ambas as partes o início do trabalho em conjunto, pois na condição de supervisoras inovadoras, como destacadas pelas mesmas, ao chegar na escola, cada uma traz consigo várias ideias, metodologias diferenciadas, tentando implantar melhorias onde achar necessário, isso gera um pequeno anseio nos demais profissionais, pois deverão sair de sua zona de conforto e mudar o que já é de habito realizar.

Ao questionar sobre a reação das professoras com relação as visitas e presença em salas, todas afirmam fazer visitas nas salas com frequência.

> Segundo Nérici (1974, p. 29), afirma que Supervisão Escolar é a "visão sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola", portanto devem estar cientes do desenvolvimento dos alunos em aula e do trabalho dos professores para alcançar tais metas.

As supervisoras também relatam "hoje" ser bem acolhidas por parte dos professores que relatam situações, pedem opiniões e ajuda para desenvolver alguma

atividade quando necessário. Conforme a opinião das participantes, seu trabalho não é visto como o de fiscalizar ou inspecionar, e sim "*a pessoa que auxilia os professores*".

Dessa forma ao conhecer a rotina de cada sala e os alunos, na falta do professor regente as supervisoras sente-se à vontade para substituir e seguir seu planejamento.

Outro ponto importante destacado pelas supervisoras é o fato delas continuarem participando de formações e cursos fora de sua rotina de trabalho , buscando aperfeiçoamento em diferentes assuntos educacionais, já as formações internas , são sempre organizadas por elas , quando necessário convidam profissionais de diferentes áreas para realizar palestras e formações na escola , buscando trazer em diálogo e roda de conversa os problemas de rotina escola, principalmente porque as supervisoras da rede privada relataram não ter o "apoio" da diretora para resolver situações de conflito no ambiente escolar.

> O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior também: não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se além disso de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum (VASCONCELLOS, 1995, p. 33).

Outro questionamento que busquei apontar, foi sobre a gestão participativa, a inciativa pessoal do corpo docente e os projetos que envolvem a comunidade escolar, visto que estes destacam-se no inciso X do art. 4° da PL 4.106/12, o qual se refere as atribuições do supervisor escolar.

Segundo as opiniões descritas pelas supervisoras, todas acreditam e defendem a ideia, pois para um trabalho coletivo deve-se ouvir opiniões de todas as partes envolvidas.

> Eis, então, o grande limite e a grande possibilidade da educação, inclusive a escolar: a escola só pode reproduzir a sociedade, isto é, ela tem a tarefa de incorporar as gerações novas ao espírito, à cultura da geração existente; quando esta cultura e este espírito entram em crise, ou seja, quando a sociedade começa a duvidar do que é bom ou do que é mau, as escolas perdem sua segurança e entram nesta dúvida geral; como o padrão sempre foi o de uma escola fechada que repete o que lhe mandam repetir, a crise da escola significa o desencontro entre o "ser responsável por algo" e não ter "este algo claramente aceito". (GANDIN E GANDIN, 1999 p. 33).

Seguindo neste pensamento, questionei-as, sobre a importância do supervisor escolar dentro de uma Escola de Educação Infantil, visto que a pesquisa destaca este papel e as respostas apontam para "*nortear a equipe, acolher alunos e suas famílias*".

Considerando que os alunos são crianças pequenas, o ambiente assim como os profissionais devem passar segurança as famílias e nada melhor que os pais ter a liberdade e a atenção para questionar e esclarecer suas dúvidas.

4.3 Encargos exigidos pela necessidade ou rotina escolar

Para entender sobre as funções desempenhadas na rotina de trabalho de cada supervisora, questionei sobre as suas principais funções realizadas na escola, então destaquei as seguintes respostas: "acompanhar os planejamentos e o desenvolvimento dos alunos, assessorar os professores, realizar os documentos, ajudar no desenvolvimento e na rotina da escola, também *auxiliar o diretor em tudo*". Ao buscar mais detalhes a sobre o assunto, questionei-as se também auxiliam a escola na parte financeira e administrativa da escola.

Conforme as respostas das supervisoras, além do seu trabalho pedagógico na escola, as 4 auxiliam na parte administrativa, já no setor financeiro apenas duas supervisoras afirmam desenvolve atividades relacionada a este: Camila da rede pública e Sara da rede privada. Ao refletir à tais respostas e comparar com a atribuições do supervisor escolar vigentes na regulamentação do art.4° do PL 4.106, inciso V, "as atribuições são objetivas: assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes a ação pedagógica".

Dessa forma geral percebo que as duas supervisoras estão desempenhando funções importantes para escola e seu funcionamento, mas que fogem da real prioridade que competem a sua função, sendo a aprendizagem significativa e o desenvolvimento dos alunos.

Em relação a jornada de trabalho, houve respostas diferentes: "Juliete" que trabalhou em escola pública respondeu que sua jornada de trabalho já foi de 60 horas", Camila também atuante de escola pública , respondeu ser de 8 horas diárias , já Sara e Carla que atuam na escola da rede privada , trabalham apenas 4 horas diárias. Portanto, constato que na rede privada a carga horário é menor , logo o supervisor escolar não permanece na escola em tempo integral , deixando de acompanhar o trabalho pedagógico dos professores em alguns períodos .

Ao indagar sobre como foi o início do trabalho nas escolas, apenas as duas supervisoras da rede privada disseram receber informações sobre as responsabilidades e funções a desempenhar.

Carla ainda salientou que "*a diretora me passou tudo que eu deveria executar durante o horário de trabalho".*

Embora sendo escola, a forma de contratação na rede privada é bem objetiva por parte do contratante, deixando esclarecido ao funcionário quais obrigações deve cumprir durante sua jornada de trabalho. Assim no ato do contrato certas informações são necessárias como: dados de identificação, jornada de trabalho, cargo e funções, remuneração, férias, conforme trata a seção VII da CLT no art.41.

> Art. 41. Em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. Parágrafo único. Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador. (CLT, 2017 art.41)

Ao início de um novo trabalho, é importante por parte da instituição repassar algumas informações ao contratado, também é importante o funcionário entender sobre sua profissão, para assim reconhecer o que precisa ser melhorado, desempenhando um trabalho significativo e de qualidade no ambiente onde atue.

> Quando os três estados estiverem presentes - que é, quando os ocupantes dos cargos considerarem que o trabalho é significativo, sentirem pessoalmente responsáveis pelos resultados e tiverem conhecimento dos resultados de seu trabalho - eles estariam internamente motivados para desempenhar bem. Eles não seriam capazes de darem desculpas para si mesmos que trabalhariam bem se o trabalho não tivesse falta de significado, ou que eles estavam apenas seguindo tarefas exigidas por alguém, ou que o trabalho não desse informações sobre como eles o estavam desempenhando. (HACKMAN E OLDHAM, 2010, p. 464)

Já as supervisoras da rede pública não tiveram muita informação e não receberam instruções sobre o que desempenhar em seu cargo , Camila respondeu :" *muito pouco, comecei a estudar mais sobre o trabalho de supervisor* ".

As duas supervisoras da rede pública, são funcionárias da Prefeitura Municipal de Bagé e foram contratadas mediante concurso público ,assegurados na Constituição Federal de 1988 , onde diz :

> Art.37 A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, CONSTITUIÇÂO, 1988, art 37. Inciso II)

Visto que em Bagé-Rs, o cargo de supervisor escolar é ocupado por nomeação, os ditos “cargos de comissão”, então no ato de suas contratações , elas realizaram prova para outro cargo com atribuições diferentes ao que exercem atualmente . As atribuições são descritas, juntamente com o cargo, número de vagas, remuneração e jornada de trabalho no documento de abertura de um edital de concurso público.

Conforme art.5° do Congresso Nacional (2003): o edital é vinculante da administração pública e de cumprimento obrigatório, devendo ser redigido de forma clara e objetiva, de maneira a possibilitar a perfeita compreensão de seu conteúdo pelo pretendente ao cargo ou cargos oferecidos.

Ainda traz em seu parágrafo 3°: O conteúdo mínimo do edital, sob pena de nulidade, é composto de:

I – Identificação da banca realizadora do certame e do órgão que o promove;

II – Identificação do cargo, suas atribuições, quantidade e vencimentos;

III – indicação do nível de escolaridade exigido para a posse no cargo;

O inciso II, ressalta que o candidato ao prestar o serviço, estará ciente das atribuições referente ao cargo pretendido. Portanto as duas supervisoras da rede pública: Juliete e Camila, ao assumir o cargo de supervisão escolar via nomeação, receberam informações sobre suas obrigações por terceiros , o que por vezes pode gerar informações contraditórias, porém esta reflexão foge do foco de minha pesquisa , portanto não continuarei a discussão sobre esta linha de pensamento.

Ao questionar se elas realizam atividades fora da sua rotina ou horário de trabalho , as respostas foram todas “*sim*” , Juliete ainda deu ênfase no “*muitooo”,* considerando o tempo o maior tempo de atuação que ela possui, pode se deduzir que o trabalho deste profissional não inclui apenas serviços dentro da escola.

Contemplando tal afirmação, as duas supervisoras da rede privada relatam que devido a pandemia estão fazendo a entrega de material aos alunos , visto que diante do momento em que estamos vivendo , o mundo precisou adaptar-se à nova realidade e esta foi uma das formas de dar sequência a seu trabalho com as famílias e alunos.

Para fechar minha análise, trago como última questão e uma das importantes opiniões reveladas pelas supervisoras , fortalecendo assim as considerações de meu trabalho. Ao perguntar para as participantes, você acredita que existe diferença na prática do Supervisor entre uma Escola de Educação infantil pública e privada ?

Ao examinar as respostas das supervisoras , percebo a sinceridade das mesmas , constato que realmente cada escola é única, possui uma forma de rotina e maneira de realizar seu trabalho, não há como seguir as regulamentações da lei sem ter um olhar sensível ao que requer urgência . Também percebo que o supervisor escolar em sua jornada de trabalho por vezes acaba contemplando trabalhos não essenciais, como a parte financeira da escola.

Por outro lado sabemos que este é o grande diferencial das duas redes de ensino, a verba orçamentaria é o que possibilita as modificações e aquisições para o ambiente, na preocupação de empregar o dinheiro no que é realmente necessário, busca a ajudo do supervisor para administra-lo.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Diante da pesquisa e análise dos resultados constato que justifica-se cada vez mais a presença e o trabalho do supervisor dentro do espaço escolar, na educação infantil assim como os demais níveis de educação, seu desempenho e encargos são indispensáveis, criando ferramentas para garantir o constante desempenho dos alunos, oportunizando a formação continuada dos professores, garantindo melhorias, assegurando que sejam cumpridas as propostas educacionais do Projeto Político Pedagógico da instituição.

Devido a pandemia, sabemos que em todos os setores sejam eles públicos ou privados houve adaptações, para dar sequência ao trabalho e respeitar os protocolos de distanciamento, muitas funções foram modificadas. Ao tal cenário, estes supervisores escolares buscam incansavelmente alternativas para dar continuidade no trabalho pedagógico, assegurando o direito a educação e aprendizagem dos alunos, realizando atendimento a comunidade escolar.

Com relação as diferenças de encargos encontrados nas respostas, percebi uma jornada de trabalho menor nas escolas da rede privada, sendo estas de apenas 4 horas diárias e a falta de apoio ao supervisor para resolver problemas de conflito dentro da escola.

Outro fator relevante das respostas é uma maior cobrança no trabalho desempenhado pelo supervisor escolar do setor privado, onde o diretor e também “empregador”, este, sujeito a cobranças por partes dos pais (clientes), em busca de resultados satisfatórios, demanda encargos e maiores exigências no trabalho de seu supervisor escolar.

Segundo Libâneo (2004) para um maior desempenho e organização da rotina escolar, cada membro deve desempenhar o papel que compete a sua função, embora o trabalho escolar seja coletivo, a divisão nas tarefas impede que alguém se sinta sobrecarregado.

Como também atuante na supervisão, posso dizer que amor pela docência e o trabalho escolar, não está apenas no engajamento e cumprimento das obrigações, a compreensão, o carinho , a escuta e a participação de todos , regem e motivam nosso trabalho nos dando a coragem para mudar qualquer realidade encontrada.

Dessa forma, através deste trabalho sanei muitas de minhas dúvidas, ao fazer o estudo sobre a trajetória história do supervisor escolar no Brasil, percebo haver momentos que esta profissão esteve voltada a controlar , fiscalizar e garantir que as normas educacionais fossem executadas, ou seja, por algum tempo foi os "olhos e ouvidos na escola" , após muitas reflexões e mudanças na educação , hoje conceituo particularmente este profissional como o "coração carinhoso" de uma escola, que acolhe e auxilia a todos que sentir-se necessitado.

Para finalizar, conclui que os encargos podem variar, dependendo da realidade ou demanda escolar, os esclarecimentos no ato da contratação também favorecem as diferenças.

Referências bibliográficas

ALVES, Nilda, (org). Educação e supervisão. O trabalho coletivo da escola.11°ed. São Paulo: ed. Cortez , 2006.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular disponível internet, acesso em 20/04/2021 Http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase
Http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2° graus e dá outras providências. LEI 5.692 de 11 de agosto de 1971

BRASIL. Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor, educacional e dá outras providências. Projeto de Lei P.L. 4106, de 2012. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1006268.pdf acesso em 23/ 04/ 2021

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2006. INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA, LICENCIATURA.

BRASIL. Constituição da República Federativa disponível em< https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT e normas correlatas. – Brasília: senado federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo: Loyola, 1983.
GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político pedagógico. Petrópolis: Vozes, 1999.
GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 13-25 e 67-91 (Coleção Ciências e Educação).
Hackman, J. R. & Oldham, G. R, (2010) Future of job redesign research. *Journal of organizational behavior*, 31,463-479. DOI: 10.1002/job
Internet disponível https://www.melhorescola.com.br/artigos/escola-publica-ou-escola-particular-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-sistemas-de-ensino> acesso em 18 /03/21
LIBANEO, J.C. Organização e Gestão da escola; Teoria da Pratica. Goiânia. Ed. Alternativa,2004.
LIBÂNEO, José C. Didática. S. Paulo: Cortez, 1994
LIMA.Elma Correa de. Um olhar Histórico sobre a Supervisão. In: RANGEL, Mary(Org.). Supervisão Pedagógica : princípios e práticas .Campinas :Papirus , 2002.
MOREIRA, E. M., VASCONCELLOS, K. E. L. Infância, infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos. Serviço Social & Sociedade (São Paulo), ano 24, n.76, p.165-80, nov. 2003.
NÉRICI, Imídeo Guiseppe. Introdução à supervisão escolar. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1974.
NISTA-PICCOLO, Vilma Lení; MOREIRA, Wagner Wey. Corpo em movimento na educação infantil. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
ROCHA, Eloísa Acires Candal. A pesquisa em educação infantil: trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. Florianópolis: UFSC. Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.
SANTOS, Marcos Pereira. História da supervisão educacional no Brasil: relexões sobre política, pedagogia e docência. Rio de Janeiro: Wak Editora,2012.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura Carapeto (org). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 2006
ROSSI,C.M.S. Práticas Pedagógicas do Supervisor Escolar. Coronel Fabriciano.Ed. Prominas,[s.d]
TOSTES. Simone Correia. Interações supervisor-professor: diálogos de proteção da face, Belo Horizonte, 2013.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1995.
VIGOTSKY, Lev Semyonovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins, 1998